**PROCESSO**: **n º** 2000-020862/2016

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE

**ASSUNTO:** PAGAMENTO

**DETALHES:** SOL. PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-020862/2016 em 01 (um) volume, com 208 (duzentos e oito) fls., que versa sobre solicitação de pagamentos por indenização de notas fiscais, relativo aos materiais utilizados em procedimentos endovasculares de alta complexidade no valor de R$156.575,52(cento e cinqüenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e dois reais), conforme contido no Memo. Nº 733/2016/GAB-HGE, de 03 de outubro de 2016, da Gerência do Hospital Geral do Estado Professor Osvaldo Brandão Vilela (fls.02).

Ressalte-se que a empresa fornecedora dos materiais referidos foi a **MEDICOR COMERCIAL EIRELLI (CNPJ-02.068.375/0001-19)**, cujo valor de pagamento está orçado em **R$156.575,52(cento e cinqüenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e dois centavos)**.

A contratação encontra-se sob escopo do art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho, de 02 de outubro de 2017, do Secretário de Executivo de Gestão Interna (fls. 207-verso) e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.208), passamos à análise técnica dos autos, que se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo.

**1 – COTAÇÕES DE PREÇOS** – Não consta a apresentação de cotações de preços.

**2 – FRACIONAMENTO DE DESPESAS** – Com base em exposto no EXTRATOR/SIFAL, a empresa **MEDICOR COMERCIAL EIRELLI (CNPJ-02.068.375/0001-19)**, auferiu do Estado de Alagoas em 2016, através da SESAU, o montante de R$63.297,28(sessenta e três mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos) distribuído em 11 (onze) ordens bancárias, com todas abaixo do limite de dispensa de licitação, em razão do valor (R$8.000,00).

**3 – APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (fl. 198), com assinatura da servidora Ana Lucia Castro Arlindo, com validade até 16/12/2016, em substituição aos documentos enumerados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei.

Não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. Desta forma, reitera-se a ausência dos documentos de regularidade fiscal e habilitação jurídica descritos nos **artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**4 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para pagamento, de 17 de novembro de 2016, com a devida assinatura da Secretaria de Estado da Saúde em Exercício (fls.196).

**5 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE22966**), à fl. 200, não possui a assinatura da ordenadora de despesa, mas do Gerente de Finanças, Helion Dionisio de Oliveira, assim como não consta nos autos, documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças supramencionado, possibilitando a prática de tal ato. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, ***o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.**

Ressalte-se ainda o entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, conforme Parecer PGE/ASS N° 36/2007, quanto à exigência de que conste da nota de empenho a assinatura do ordenador de despesa, bem como do responsável financeiro. A Controladoria Geral do Estado – CGE, através da Instrução Normativa CGE Nº 001/2007, em seu art. 1º, já determinava que as notas de empenho deveriam conter as *“...assinatura do ordenador de despesa ou do* ***servidor que detenha delegação para tanto****, e do responsável financeiro de cada Órgão do Poder Executivo Estadual.*” (G.N.).

**6 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Não se constatou a existência das certidões de regularidade fiscal, da empresa em tela.

**7 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **MEDICOR COMERCIAL EIRELLI (CNPJ-02.068.375/0001-19)**, apresentou as seguintes Notas Fiscais DANFE nºs 356696, 354003, 353387, 353205, 354448, 354447, 353203, 353385, 354445, 354548, 353202, 353117, 353204, 354002, 354449, 354502 e 354446, no valor total de **R$156.575,52(cento e cinqüenta e seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e dois centavos)**, o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O documento comprobatório do respectivo crédito encontra-se devidamente atestada pela Responsável pelo Almoxarifado Verônica Maria de O. Leite Omena, com a data de 29/07/2016.

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**9 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Conforme informação do Setor de Contratos (fl.194), de acordo com o contido no DESPACHO – SETCON, de 21 de outubro de 2016, da Assessoria Técnica de Contratos, **INEXISTE** contrato firmado entre a SESAU e a empresa **MEDICOR COMERCIAL EIRELLI (CNPJ-02.068.375/0001-19)**.

**10 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo INEXISTE parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática de pagamento por indenização, torna- se premente que se apure a boa fé do particular contratado, mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – De acordo com o contido no **Item I,** urge que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000 e também ao contido no art. 59, parágrafo único da Lei nº 8.666/93

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual, conforme já citado no Item 7.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a V, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **MEDICOR COMERCIAL EIRELLI (CNPJ-02.068.375/0001-19)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 24 de novembro de 2017.

Carlos Alberto da Silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 115-5**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**